



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Interpelação Parlamentar

(Redução do contingente militar norte-americano na Base das Lajes)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Esta é a primeira oportunidade prática, nesta legislatura, de promover um debate parlamentar sobre a questão da Base das Lajes. Considero que esta questão tem uma relevância decisiva para o futuro dos Açores e que, em nenhuma circunstância, este Parlamento se poderia eximir das suas responsabilidades nesta matéria.

Alguns dos que participam nesta discussão poderão achar que este não é o momento nem o local para discutir esta questão. Que não é o momento de submeter o executivo a uma bateria de críticas ou de evidenciar divisões internas de base e natureza partidária.

A quem assim pensa devo dizer que subestima a capacidade do parlamentarismo açoriano para consensualizar posições e de assumir, em questões estratégicas para a Região, uma enorme fortaleza institucional. Tenho a certeza que este debate não constituirá uma exceção a esta regra.

É claro que surgirão diferenças, como é próprio e inerente a sistemas políticos pluralistas e democráticos. Mas mais que as diferenças, o que acho que se tornará patente neste debate é a existência de um amplo consenso político na questão da Base das Lajes. Ora este facto é justamente um dos maiores ativos dos Açores nesta matéria. A existência de uma ampla maioria política e social que partilha a mesma posição de princípio na questão da Base das Lajes e que está pronta a cerrar fileiras em defesa dos interesses açorianos e portugueses neste assunto.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Vejamos os factos. A Administração Obama comunicou oficialmente ao atual Governo Português que pretende proceder a uma grande redução do seu contingente militar e logístico na Base das Lajes e que esse facto será acompanhado de uma substancial redução do contingente laboral português.

Argumenta a Administração norte-americana que está a proceder a uma grande redução das suas colossais despesas militares – que representam cerca de 47% do total mundial - devido ao défice orçamental e dívida externa crescente que o país enfrenta e que, em qualquer caso, a suas novas prioridades geopolíticas privilegiam o Leste Asiático. Adicionalmente, os americanos, no âmbito da análise específica da situação referente à base açoriana, argumentam ainda que possuem muitas outras alternativas na Europa, na África do Norte e no Médio Oriente e que os avanços tecnológicos marginalizaram a sua utilidade logística.

A primeira questão é factual. O Orçamento da Defesa norte-americano representa, aproximadamente, 20% do Orçamento Federal e supera os 2% do PIB do país, algo absolutamente insustentável nas circunstâncias económicas que esta superpotência enfrenta. Neste âmbito, o Presidente Obama anunciou, em Janeiro de 2012, que a despesa militar seria reduzida em cerca de 487 mil milhões de dólares nos próximos dez anos.

A segunda questão – a viragem para o Pacífico - tornou-se irreversível com a vitória de Obama nas eleições presidenciais disputadas em 2012. A Administração Obama anunciou, recentemente, que em 2020 as despesas militares dos Estados Unidos no Pacífico atingirão cerca de 60% do total do esforço militar norte-americano. Isto significa uma inversão total das prioridades geopolíticas dos Estados Unidos e uma clara desvalorização do Atlântico.

A zona do Pacífico asiático regista, atualmente, um crescimento económico explosivo, sendo que a influência económica e diplomática norte-americana sofreu, ao longo dos últimos anos, um grave retrocesso nesta zona. É aqui que a influência da nova superpotência chinesa mais



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

tem crescido e ameaça destronar a hegemonia americana. De facto, em alguns parâmetros a China já superou os Estados Unidos. As exportações chinesas superam, desde 2007, as americanas e algumas projeções apontam para o facto do PIB chinês poder superar o dos Estados Unidos ainda antes do final desta década. Neste contexto, os Estados Unidos decidiram aumentar a sua capacidade logística nessa zona, de forma a aí manter a supremacia política e militar.

Alguns sectores americanos, nomeadamente no meio académico, consideram errada esta opção geopolítica. O resultado, argumentam eles, só pode ser o início de uma nova corrida armamentística na zona e o aumento das despesas militares a médio prazo, uma vez que, em resposta ao aumento da capacidade militar norte-americana, a China também está a incrementar as suas despesas militares. Estas aumentaram 189% entre 2001 e 2010.

Seja como for, o facto é que, no atual contexto, o Atlântico e o Médio Oriente perderam importância no quadro geopolítico de prioridades dos Estados Unidos.

Num artigo publicado há cerca de um mês, Javier Solana, ex-Secretário-Geral da Nato, salientava as grandes alterações geopolíticas que resultarão do enorme aumento da capacidade energética que os Estados Unidos estão a conhecer graças à exploração das suas gigantescas reservas de hidrocarbonetos não convencionais. Assim, em 2020 os Estados Unidos passarão a ser os maiores produtores mundiais de petróleo e de gás. Dentro de apenas dez anos, os Estados Unidos deixarão praticamente de importar petróleo do Médio Oriente. Pelo contrário, a China importará dessa zona cerca de $\frac{3}{4}$ das suas necessidades energéticas.

Face a estes dados, não pode deixar-se de concluir que o fim da dependência energética dos Estados Unidos em relação ao Médio Oriente desvalorizará, do ponto de vista geopolítico, esta zona para os americanos. O mesmo sucederá com as plataformas de projeção de forças militares histórica e funcionalmente associadas a este teatro de operações.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Não vou prolongar, por mais tempo, a análise do quadro económico e geopolítico que serve de contexto à atual redução do dispositivo militar norte-americano. Uma análise mais aprofundada desta questão não cabe nos objetivos do presente debate. No entanto, considero fundamental que Portugal e os Açores realizem um estudo exaustivo da revolução geopolítica em curso, de forma a preparar a nossa posição negocial, a médio prazo, na questão da Base das Lajes.

De facto, as razões apontadas pelos americanos para justificar a diminuição do seu dispositivo militar não parecem reversíveis se levarmos em linha de conta apenas os argumentos americanos. O envolvimento dos Estados Unidos numa escalada militar com a China no Sudoeste Asiático aumentará a necessidade de diminuir, de forma progressiva, o dispositivo militar americano no Atlântico e no Médio Oriente. Assim como a sua autonomia energética em relação ao Médio Oriente tornará, teoricamente, menos necessárias bases de projeção de forças militares.

Neste contexto, o futuro da Base das Lajes apresenta-se sombrio e decadente. A presença militar americana tornar-se-á cada vez mais residual e as contrapartidas açorianas – nomeadamente o contingente laboral – cada vez menos substanciais. Num processo deste tipo, a Base das Lajes transformar-se-á, a prazo, numa espécie de Guantánamo. Ou seja, num território permanentemente administrado por uma potência estrangeira, sem que daqui resulte nenhuma vantagem razoável para a Região e para o país. Este futuro não nos interessa e julgo que o Governo Regional deve deixar muito clara esta posição. Importa, assim, clarificar e preparar o futuro da Base das Lajes. Não nos interessa um futuro sem futuro.

Na negociação a curto prazo em que a Região está envolvida, quero deixar expresso o apoio político do PPM ao trabalho que está a



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

ser desenvolvido pelo Governo Regional, em especial pelo Presidente do Governo Regional. Considero muito positivo o envolvimento, pessoal e direto, do Presidente do Governo neste processo. É um ato que convém realçar, na medida em que as circunstâncias – é justo reconhecê-lo – não são demasiado otimistas.

Valorizo o esforço de coordenação que o Presidente do Governo Regional tem desenvolvido em relação ao Governo da República. A colaboração leal – embora exigente - com o Governo da República é imprescindível para potenciar a posição açoriana nesta matéria, dadas as limitações óbvias que a Constituição da República estabelece no âmbito da nossa atuação nesta área. Levar o Estado a assumir a nossa posição é a melhor forma de potenciar a nossa posição e a defesa dos nossos interesses.

Valorizo, também, o esforço para envolver a nossa diáspora nos Estados Unidos na defesa dos interesses dos Açores. Na política norte-americana, a influência dos grupos étnicos, económicos e religiosos pode ser determinante no âmbito da tomada de decisão de qualquer Administração. O êxito da nossa Comunidade nos Estados Unidos – inclusivamente no meio político – permite-nos ter cada vez maior capacidade para influenciar a política externa deste país em relação aos interesses dos Açores.

Valorizo o esforço para manter informada a oposição política açoriana, os restantes agentes institucionais e os representantes dos trabalhadores afetados. Finalmente, valorizo e estou de acordo com a adoção de uma estratégia de negociação centrada na defesa dos direitos do nosso contingente laboral e da criação de mecanismos alternativos de compensação à economia dos Açores, em particular da ilha Terceira.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Nas relações internacionais entre Estados a gratidão não pode deixar de estar presente. Dissemos presente na II Guerra Mundial e nos piores momentos da Guerra Fria. Dissemos presente nos piores momentos do envolvimento militar norte-americano no Médio Oriente.

Não falhámos e não desertámos nos piores momentos do isolamento internacional dos Estados Unidos e de maior contestação à presença militar americana na Europa.

É, assim, pouco compreensível que os Estados Unidos decidam implementar uma medida com este alcance, no exato momento em que os Açores e o país estão enfrentando uma das piores crises económicas dos últimos 40 anos. Tem de se transmitir aos americanos as consequências exatas da redução da presença militar americana neste contexto e a absoluta inconveniência deste processo neste momento. Ganhar tempo é algo fulcral nas presentes circunstâncias.

No âmbito da atual conjuntura considero, portanto, que estamos a fazer o que devemos e o que está ao nosso alcance. Importa, no entanto, assegurar a nossa posição a médio prazo e encontrar alternativas para a utilização da Base das Lajes num contexto que venha a estar marcado pela progressiva diminuição das contrapartidas norte-americanas. A presença americana não pode, pura e simplesmente, ser aceite sem contrapartidas adequadas.

Continuo convencido que a Base das Lajes continua a ser uma posição de primeira linha do ponto de vista geopolítico. O equilíbrio do poder mundial está a mudar com enorme rapidez. Dentro de vinte anos, algumas das potências emergentes terão ultrapassado, de forma definitiva, as velhas potências ocidentais. Nesse novo quadro geopolítico, os Açores continuarão a ser o que sempre foram: uma posição decisiva no triângulo estratégico entre a Europa, a África e a



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

América. Em nenhuma circunstância os Estados Unidos podem perder uma posição estratégica desta magnitude. Não podem perdê-la enquanto limite exterior da sua segurança, mas fundamentalmente não podem correr o risco que se instale nos Açores uma outra potência.

É por tudo isto que considero que continuamos a ter, na questão da Base das Lajes, um poder negocial bastante significativo. Não o devemos subestimar.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Feitas todas estas considerações, cabe-me solicitar ao Governo Regional que descreva, com exatidão, o conjunto de ações levadas a cabo pelo Governo Regional no quadro da anunciada redução da presença militar americana, do decréscimo das valências logísticas e da diminuição do contingente laboral açoriano na Base das Lajes.

Horta, Sala das Sessões, 15 de janeiro de 2013

O Deputado do PPM

Paulo Estêvão